

Uma transição justa precisa de um Programa de Emprego

Garantido

*Pavlina Tcherneva**

Tradução de Fabiano Dalto

Original em <https://www.project-syndicate.org/onpoint/a-just-transition-needs-a-job-guarantee-by-pavlina-r-tcherneva-2021-09>

A crise climática eliminará milhões de empregos muito antes dos temidos robôs fazerem. Estima-se que até 2030 o estresse térmico por si só eliminará o equivalente a 80 milhões de empregos em tempo integral, sem contar os perdidos como resultado de incêndios florestais, inundações, tempestades e outros eventos climáticos extremos. Essas perdas virão logo após a perda de empregos, historicamente sem precedentes, de 255 milhões em todo o mundo em 2020. Com os desenvolvimentos recentes que extrapolaram as escalas dos modelos de previsões climáticas, as chances são de que as perdas de empregos relacionadas ao clima também tenham sido subestimadas.

O verão brutal deste ano deveria ter deixado claro que nenhum lugar, pessoa ou trabalho está a salvo da devastação das mudanças climáticas. No entanto, economistas nos Estados Unidos tem se preocupado com o "superaquecimento" da economia, deliberando se legisladores devem restringir as condições de crédito e reduzir o ritmo de emprego e o crescimento da renda, a fim de combater os aumentos de preços decorrentes da interrupção das cadeias de abastecimento e de gargalos setoriais. As famílias trabalhadoras, portanto, enfrentam a ameaça não de uma, mas de duas ondas de calor: a visão ortodoxa falida de que a inflação deve ser combatida com desemprego e as iminentes perdas de empregos devidas ao aquecimento global.

O emprego garantido é um antídoto para ambos. É uma política de emprego público que garante trabalho decente com um salário que sustenta a família, com benefícios, para qualquer pessoa que precisa de emprego, e executa essa função de uma forma que modera as pressões inflacionárias. É também a resposta mais clara ao consenso internacional, consagrado no acordo climático de Paris de 2015, segundo o qual qualquer ação climática deve apoiar o compromisso com "os imperativos de uma transição justa da força de trabalho, e a criação de trabalho decente e empregos de qualidade de acordo com prioridades do desenvolvimento nacional."

Portanto, quando o Congresso dos EUA redigiu a resolução do *Green New Deal* (GND), observadores informados destacaram sua proposta de garantia federal de empregos como o elemento crucial. Da mesma forma, o manifesto "democratizando o trabalho" de 2020, que apareceu em 43 jornais em 27 línguas em todo o mundo, identificou o emprego como uma demanda central e um componente crítico na descarbonização da economia. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) também reconheceu formalmente a ideia como o melhor meio para moldar "um futuro seguro de trabalho justo, inclusivo e com emprego pleno, produtivo, com emprego livremente escolhido e trabalho decente para todos."

Se o "trabalho decente para todos" deve se tornar um referencial de política acionável, o acesso a um trabalho com salário adequado deve ser garantido a todos - não apenas implícito no texto de pacotes de estímulo e outras políticas. A garantia de emprego federal

do *Green New Deal* ofereceria os empregos que faltam e que os mecanismos convencionais de mercado não conseguem fornecer, encabeçando projetos que atendem a um propósito público, incluindo lidar com a maioria dos desafios urgentes relacionados ao clima.

Como explico em meu livro, *The Case for a Job Guarantee*, os benefícios de tal programa são múltiplos. Desde a presidência de Franklin D. Roosevelt até a resolução do *Green New Deal*, a garantia de emprego sempre foi uma ideia “verde” que visa preservar tanto as pessoas quanto o planeta. Ele garante uma oferta de trabalho de transição para todas as famílias trabalhadoras, incluindo aquelas cujas casas, negócios e meios de subsistência estão sendo levados por inundações e incinerados pelo fogo. É a ponte para criar empregos decentes para trabalhadores de combustíveis fósseis, uma vez que a transição verde ponha fim às atividades extrativistas. Fornece o emprego necessário para reconstruir comunidades e consertar o planeta e abrir o caminho mais curto para uma recuperação pós-pandemia. Além de sua função como rede de segurança no emprego, o emprego garantido é um mecanismo crítico de contenção da instabilidade econômica, seja ela decorrente de mudanças estruturais na globalização, mudança tecnológica ou das variadas causas das recessões. O programa iria inflar nos momentos de maior necessidade, quando os preços, rendimentos e empregos privados estão diminuindo. Mas também seria autolimitante, encolhendo quando as outras partes da economia estivessem fornecendo sua parcela de empregos bem pagos.

Assim, muito parecido com outros estabilizadores automáticos que há muito tempo são preferidos a políticas de estímulo generalizadas, o emprego garantido também vai oscilar. A diferença é que, ao contrário de outros estabilizadores, o emprego garantido tem o potencial de ajudar a refazer a economia.

Com a garantia de emprego, economistas não poderiam mais justificar o desemprego como um “tributo natural” no combate à inflação. Mas na ausência do emprego garantido, o “trabalho decente para todos” permanecerá um slogan vazio e o desemprego uma ameaça perene. Não podemos falar seriamente de inclusão se negros, cuidadores, aqueles com deficiências e jovens são sistematicamente excluídos de bons empregos.

As propostas de garantia de emprego são extremamente populares, e não apenas junto a organizações climáticas como o Movimento Sunrise, que se organizou em torno dele. Comunidades de mineradores de carvão em West Virginia e Kentucky estão começando a ver seu potencial transformador. Da Nova Inglaterra e Appalachia à Califórnia, uma crescente coalizão de indivíduos, organizações e líderes de direitos civis nos EUA está fazendo da política de emprego garantido uma demanda central.

A garantia de emprego desfruta do tipo de apoio bipartidário que poucos programas podem alegar. Em uma pesquisa de 2020 nos Estados Unidos, 79% dos entrevistados abrangendo “dados demográficos, partidário e de gênero” apoiaram a ideia, assim como 72% dos entrevistados no Reino Unido numa pesquisa de opinião realizada na mesma época. Na França, 79% dos eleitores apoiam um programa federal de emprego garantido, e a política foi endossada pelos prefeitos de Paris e Lille. Mais recentemente, impressionantes 93% dos entrevistados nos Estados Unidos apoiaram uma iniciativa nacional de emprego e treinamento que cria trabalho remunerado para os desempregados, como um componente dos esforços de recuperação da COVID-19. Além disso, a crise da COVID-19 mostrou que o financiamento não é escasso. País após país aprovou grandes orçamentos para combater a pandemia. Não é por acaso que os maiores aumentos de gastos foram em países monetariamente soberanos que emitem e

controlam suas moedas, e onde o financiamento do governo é fornecido pelo banco central e ministérios das finanças. O tamanho dos esforços de estímulo em 2020 variou de 18,7% do PIB no Canadá a 21,8% no Japão e 26,9% nos EUA. Países que carecem de soberania monetária tinham muito menos espaço fiscal disponível para responder a pandemia - um desafio que certamente prejudicará suas respostas climáticas também.

Mas, quer os governos entendam ou não, o custo da inação ou atraso da ação para enfrentar a crise climática já está embutida no orçamento de todos os países. Não se pode permitir que a retidão fiscal mal colocada prejudique uma agenda política ousada. Como apontou recentemente o Presidente do Comitê de Orçamento da Câmara dos EUA, John Yarmuth, países monetariamente soberanos podem enfrentar restrições de recursos e inflação, mas não podem ficar sem financiamento. E como são os maiores poluidores, eles têm a obrigação moral de lançar um Plano Marshall Verde global.

O planeta não é um cliente. Não temos tempo para nos dar ao luxo de estruturar o retorno comercial "correto" sobre os investimentos relacionados ao clima, ou para empurrar o atores privados certos ou incentivar os mercados a enfrentar o problema. Para um desafio de proporções planetárias que não oferece nenhum retorno financeiro óbvio, os governos devem agir com ousadia, diretamente e em conjunto para criar uma transição justa para todos.

Como os cientistas do clima há muito alertam, mesmo os modelos mais sofisticados não levam em consideração pontos de inflexão em potencial, ciclos de retroalimentação e fontes ocultas de aquecimento. O mesmo é verdade para modelos econômicos. Problemas como desemprego em massa, extrema desigualdade e a ausência de empregos bons e estáveis criam sua própria dinâmica de retroalimentação e pontos de inflexão. Historicamente, eles incluíram a ascensão do autoritarismo, jingoísmo, xenofobia, preconceito, tensões etno-raciais, colapso democrático e instabilidade social, econômica e política.

O conteúdo preciso da justiça climática permanecerá terreno contestado, que englobam desde demandas mais modestas por bons empregos até visões mais radicais de acabar com o capitalismo extrativista e o imperialismo econômico. Existem inúmeras maneiras de organizar os assuntos econômicos humanos. A garantia de emprego é a fundamento básico para construir soluções para os desafios econômicos que temos pela frente.

*Pavlina R. Tcherneva, Professora Associada de Economia do Bard College, de Nova Jersey, é uma pesquisadora do Levy Economics Institute e autora de "The Case for a Job Guarantee".